

Nota Técnica nº 1/FEAM/URA LM/2025

PROCESSO Nº 1370.01.0056271/2021-70

PROCESSO Nº 1370.01.0056271/2021-70

Assunto: Análise de recurso administrativo contra arquivamento do processo de Licenciamento ambiental – SLA n. 3976/2022

Empreendedor: Granito's Litoral Ltda.

Empreendimento: Granito's Litoral Ltda.

CNPJ: 00.245.127/0006-85.

Endereço: Zona Rural de Conselheiro Pena/MG.

1. Introdução

Cuida-se de considerações técnicas apresentadas em face do Recurso Administrativo do empreendimento Granito's Litoral Ltda., cumulado com Pedido de Autotutela Administrativa (Id. SEI nº 69654741), alusivo à decisão de arquivamento do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental – SLA nº 3976/2022, em atendimento ao Despacho nº 54/2024/FEAM/URA LM, Id. SEI nº 85340141.

2. Relatório

O empreendimento Granito's Litoral Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 00.245.127/0006-85, localizado na Zona Rural de Conselheiro Pena/MG, realiza atividades minerária junto da poligonal ANM n. 832.499/2009. Segundo informações levantadas e prestadas nos autos, o empreendimento teve sua operação regulamentada inicialmente pela Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) nº 07285/2013, que permitia uma produção de 1.200m³/ano de rochas ornamentais. Posteriormente, novas autorizações foram concedidas com aumento de produção (AAF nº 01062/2016 e AAF nº 07907/2017).

Em 2021, o empreendedor solicitou regularização ambiental junto ao Processo Administrativo SLA 2548/2021, o qual foi objeto de arquivamento a pedido do solicitante. Desprovido do devido licenciamento, o empreendimento buscou a continuidade de sua operação por meio da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) [\[1\]](#). Logo em sequência, houve pedido de licença ambiental (solicitação nº 2022.09.01.003.0005395) no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), processo n. 3976/2022, visando “Nova solicitação” para as atividades: (i) A-02-06-2 - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, com produção bruta de 6.037,74 m³/ano (Classe 3, Porte M), e (ii) A-05-04-6 - Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, com área útil de 1,879 ha (Classe 2, Porte P); ambas no local denominado Fazenda Palmital ou Oriente, Distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, sendo declarada a incidência de critério locacional (supressão de vegetação nativa), conforme disposições da Deliberação Normativa COPAM n. 217, de 06 de dezembro de 2017.

Após as devidas análises técnica e jurídica, o referido processo foi arquivado em razão de o requerimento de Licença de Operação em caráter corretivo incluir a ampliação do parâmetro produtivo sem a devida regularização ambiental prévia, tendo em vista as disposições dos art. 8º, 9º e 26 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, dos art. 32 e 35 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, bem como da Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019 e da Nota Técnica nº 2/SEMAD/ASGER/2021 (Id. SEI 29431574).

Vinculado ao processo de licenciamento, foram instruídos: (i) o Processo Administrativo de Autorização para Intervenção Ambiental (AIA) SEI n. 1370.01.0047089/2022-49[3], para fins de supressão Despacho 132 (67462394) SEI 1370.01.0056271/2021-70 / pg. 1 de cobertura vegetal, intervenção em APP e corte de árvores isoladas; (ii) a Certidão de Cadastro de Travessia Aérea (SEI) n. 42538281, para fins de travessia rodoviária sobre o córrego Palmital; (iii) a Certidão de Registro de Uso insignificante de Recurso Hídrico (SIAM) n. 320335/2022, para fins de captação superficial para umectação de vias, extração mineral e consumo humano; e (iv) a Certidão de Registro de Uso insignificante de Recurso Hídrico n. 320338/2022, para fins de captação superficial para umectação de vias, extração mineral e consumo humano.

Inconformado com o arquivamento, o solicitante, ora recorrente, interpôs recurso administrativo objetivando a reforma da decisão para a continuidade do procedimento com vistas à obtenção da licença respectiva, alegando, em suma, o seguinte:

Entende o recorrente que, de acordo com os artigos 12, 14 e 17 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, o órgão ambiental competente tem o dever de orientar o enquadramento do empreendimento na modalidade correta de licenciamento, além de indicar a documentação necessária para instruir o processo. Assim, não há justificativa para o arquivamento do processo com base em um suposto pedido de licença inadequado, já que o recorrente não define, por conta própria, o tipo de licença a ser solicitado.

O recorrente argumenta que foi expressamente autorizado por meio de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), documento com fé pública, a regularizar sua produção de 6.037,74m³/ano. Seguindo as orientações recebidas, alega o recorrente que cumpriu suas obrigações e, portanto, considera injusto ser penalizado pelo arquivamento do processo.

Com base nos argumentos desenvolvidos em sua peça recursal, o recorrente solicita a reversão do arquivamento e o reenquadramento da modalidade de licenciamento, com a produção autorizada de 2.400m³/ano. Adicionalmente, requer a revalidação das Certidões de Uso Insignificante e de Travessia, o retorno da análise do pedido de prorrogação da validade do TAC, e o apoio da chefia regional para que, com base no art. 39 do Decreto nº 47.383/2018, seja exercida a autotutela administrativa, anulando o arquivamento e permitindo a continuidade da análise do pedido de Licença Ambiental Correta (LOC).

3. Da Análise do Pleito

Sobre os fatos elencados referente ao arquivamento do processo n. 3976/2022, com fulcro nas ponderações proferidas junto do Despacho nº 128/2023/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA que ensejou o referido encerramento do processo de licenciamento ambiental em questão, é indubitável que durante a análise processual do requerimento de Licença de Operação Corretiva (LOC), solicitado através do protocolo n. 2022.09.01.003.0005395, constatou-se que a produção bruta requerida de 6.037,74 m³/ano não foi previamente regularizada, o que inviabiliza o enquadramento nos termos do art. 8º, § 6º, da DN COPAM n. 217/2017, combinado com o art. 35 do Decreto Estadual n. 47.383/2018. Estes dispositivos determinam que a regularização ambiental de ampliação de atividades exige uma regularização prévia.

De acordo com o art. 9º, § 1º, da DN COPAM n. 217/2017, quando o empreendimento não obtém licenciamento prévio, a regularização deve ocorrer de forma corretiva, a partir da etapa em que a atividade se encontra. Já o art. 32 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 estabelece que atividades em operação sem licença devem comprovar viabilidade ambiental para obter regularização. Diante disso, o pedido de ampliação sem a regularização anterior resta prejudicado.

Outra questão, que desperta atenção sobre o quantitativo do volume de exploração mineral que o empreendedor formalizou no processo de LOC, é que em consulta a situação do empreendimento com relação aos títulos minerários obtidos junto a ANM, sob o direito minerário nº 832.499/2009, foi verificado que os atos autorizativos concedidos foram a Guia de Utilização nº 244, de 19/11/2014 e com validade até 18/11/2017, para exploração de 3.180 t/ano, e a Guia de Utilização nº 90, de 05/07/20108 e com validade até 07/11/2021, também para exploração de 3.180 t/ano. Aplicando-se a densidade de 2,65 t/m³ temos que o volume autorizado foi de 1.200 m³/ano. No entanto, não se tem até o presente momento algum ato autorizativo da ANM que conceda permissão para o volume requerido no processo de LOC nº, de

6.037,74 m³/ano, como também, nunca houve nenhum ato emitido pela agência que autorizasse exploração nesse quantitativo, s.m.j.

Adicionalmente, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) figura como um instrumento precário e, embora válido para o ajuste de condutas, não substitui o licenciamento ambiental, conforme destaca o Memorando-Circular n. 7/2021/SEMAD/GAB e a Nota Técnica n. 2/SEMAD/ASGER/2021, que vedam a ampliação sem prévio licenciamento.

Com base no art. 26 da DN COPAM n. 217/2017, a insuficiência de informações ou documentos pode levar ao arquivamento do processo. A Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019 também estabelece que o arquivamento pode ocorrer quando há falhas na instrução processual ou ausência de documentos necessários.

Nessa conjunção, considerando as falhas no processo e a apresentação de requerimento em desacordo com as normativas, a recomendação do arquivamento do P.A. SLA n. 3976/2022, e, em consequência, o arquivamento dos processos vinculados, como o AIA (SEI) n. 1370.01.0047089/2022-49, bem como o cancelamento das Certidões de Uso Insignificante e Certidão de Travessia Aérea, é o ato adequado a ser praticado, conforme previsto no Decreto Estadual n. 47.705/2019.

É imperioso destacar que tanto o Decreto Estadual nº 47.383/2018 quanto a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 e Instruções de Serviços dos órgãos ambientais estaduais constituem normas de caráter público e de ampla acessibilidade aos cidadãos. O princípio da publicidade, consagrado no Direito Administrativo, assegura que os atos normativos, em especial aqueles que regulam o processo de licenciamento ambiental, sejam de conhecimento amplo e irrestrito. Nesse sentido, o desconhecimento das referidas normas não constitui fundamento válido para afastar a obrigatoriedade de seu cumprimento, conforme dispõe o artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que veda a alegação de desconhecimento da lei como escusa.

No que tange à responsabilidade do requerente, ao protocolar pedido de licenciamento ambiental perante a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), este assume o dever de observar e ajustar seu pleito às exigências normativas aplicáveis. A legislação ambiental brasileira, consubstanciada em diplomas como a Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, exige que qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou modificadora do meio ambiente seja planejado e conduzido em conformidade com as normativas específicas, a fim de evitar incongruências e infrações. Assim, cabe ao requerente não apenas conhecer as normas aplicáveis, mas também assegurar que sua solicitação esteja adequada à modalidade de licenciamento correspondente ao objeto pretendido.

4. Conclusão

Isso posto, diante dos fatos narrados e a luz das normas ambientais aplicáveis, o arquivamento do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental – SLA nº 3976/2022 é medida que se impõe em face da ausência de regularização ambiental prévia para a ampliação solicitada.

O requerimento de Licença de Operação Corretiva (LOC), que envolve uma produção bruta de 6.037,74 m³/ano, não foi precedido da regularização necessária, conforme exigem o art. 8º, § 6º da DN COPAM nº 217/2017 e o art. 35 do Decreto Estadual nº 47.383/2018. Além disso, a legislação estabelece que a regularização de atividades em operação sem licença deve ser feita de forma corretiva sem se ampliar o empreendimento, com a comprovação da viabilidade ambiental conforme a fase do processo (art. 9º, § 1º da DN COPAM nº 217/2017 e 32 do Decreto Estadual nº 47.383/2018). O Memorando-Circular n. 7/2021/SEMAD/GAB e a Nota Técnica n. 2/SEMAD/ASGER/2021 esclarecem que o TAC não substitui o licenciamento e que ampliações devem ser previamente licenciadas. Não obstante, a Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019 permite o arquivamento do processo em caso de falhas na documentação. Portanto, o arquivamento é justificado pela falta de regularização anterior e pela inadequação do requerimento apresentado, alinhando-se às normas e exigências legais para o licenciamento ambiental.

Destaca-se que a manifestação aqui contida visa nortear a escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a autoridade competente agir de forma contrária à sugerida, conforme a sua conveniência e oportunidade, sopesando-se

as nuances do art. 20 e parágrafo único do art. 30 do Decreto-lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com redação determinada pela Lei Federal n. 13.655/2018.^[2]

É a nossa manifestação opinativa.

^[2] Parecer AGE/MG n. 16.056, de 21 de novembro de 2018: [...] 48. O **parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo** a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas ao gestor na tomada de decisões.

^[1] O **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ambiental** não se configura como um processo de licenciamento, mas sim como um instrumento jurídico que possibilita ao empreendedor manter suas atividades operacionais enquanto implementa as adequações necessárias **para atender às exigências das normas ambientais**. Conforme assegura o art. 5º, §6º da Lei Federal nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública).



Documento assinado eletronicamente por **Urialisson Matos Queiroz, Servidor(a) Público(a)**, em 22/01/2025, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Spagnol de Faria, Diretor (a)**, em 24/01/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105941765** e o código CRC **F2F5388A**.